

**O poder simbólico do patrimônio no turismo: a “memória-imaginário” da
Inconfidência Mineira sob o âmbito da História Cultural**

Leandro Benedini BRUSADIN*

Resumo: O debate teórico referente ao patrimônio cultural se faz presente neste artigo de modo interdisciplinar a fim de contribuir com novas proposições epistemológicas. As apropriações da atividade turística e museal, estabelecida pelo poder simbólico do patrimônio, se fazem possível por meio da “memória-imaginário” em um processo coletivo. A História Cultural se apresenta aqui como ferramenta teórico-metodológica para entendimento dos elementos da Inconfidência Mineira em suas práticas e representações da realidade social. A metodologia utilizada baseia-se em análise bibliográfica e documental quanto ao tema elencado. Conclui-se que o patrimônio cultural em usufruto do turismo, em seus limites interpretativos, monumentalizam os eventos da Inconfidência Mineira e musealizam as existências dos mitos que deram origem a dadas tradições nacionalistas inventadas pelos modernistas durante o Governo Vargas.

Palavras-Chave: Memória-imaginário. Poder simbólico. Patrimônio. Turismo. Inconfidência Mineira.

The symbolic power of Heritage in tourism: the “memory-imagery” of *Inconfidência Mineira* under the framework of Cultural History

Abstract: The theoretical debate concerning cultural heritage is present in this article in an interdisciplinary mode in order to contribute with new epistemological propositions. The appropriations of tourism and museum activity, established by the symbolic power of heritage, are possible through “memory-imaginary” in a collective process. The cultural history is presented here as a theoretical-methodological tool for understanding the elements of *Inconfidência Mineira* in its practices and representations of social reality. The methodology used is based on bibliographical and documental analysis of the theme. It is concluded that the enjoyment of the cultural heritage in tourism, within its interpretative limits, monumentalizes the events of *Inconfidência Mineira* and musealized the existences of the

* Doutor em História – Professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e colaborador do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Morro do Cruzeiro - Escola de Direito, Turismo e Museologia - UFOP | Campus Universitário CEP 35400-000 | Ouro Preto – MG. E-mail: leandrobrusa@hotmail.com

myths that originated given nationalist traditions invented by the modernists during the Vargas Government.

Keywords: Memory-imagery. Symbolic power. Heritage. Tourism. *Inconfidência Mineira*.

1 Introdução

As perspectivas teóricas do patrimônio cultural e seus entrelaçamentos baseiam-se como intento do presente trabalho por se apresentarem como problemáticas de vários campos das ciências humanas e sociais aplicadas. Cada campo intelectual procura entender a representatividade social do patrimônio no tempo e no espaço. O que nos cabe aqui neste artigo é possibilitar a compreensão de que, sem a confluência teórica de alguns desses campos, o patrimônio torna-se fragmentado epistemologicamente e ainda distancia-se do aprimoramento de suas práticas culturais. Isso também indica que cada campo intelectual busca, muitas vezes, a compreensão dos seus objetos isoladamente para adquirir poder no seu próprio campo em um processo de disputa da tomada do conhecimento.

As lutas do campo intelectual têm o poder simbólico como coisa do jogo, ou seja, o que nelas está em jogo é o poder sobre um uso particular de uma categoria de sinais e, desse modo, sobre a visão e o sentido do mundo social. No caso do patrimônio cultural, os campos que estão em jogo acabam se direcionando a uma sobreposição individual que dificulta a interdisciplinaridade científica e profissional. Os vereditos mais neutros da ciência contribuem para modificar seu objeto, sendo muito inocente a divisão do mundo do saber em propriedades objetivas e subjetivas. “Só podemos produzir a verdade do interesse se aceitarmos questionar o interesse pela verdade e se estivermos dispostos a pôr em risco a ciência e a respeitabilidade científica, fazendo da ciência o instrumento do seu próprio pôr-se-em-causa [...]” (BOURDIEU, 2002, p. 106).

Nesse sentido, propomos uma “ruptura epistemológica”, quer dizer, pôr em suspenso as pré-construções vulgares e os princípios geralmente empregados nessas construções, implicando uma ruptura como modos de pensamento, conceitos, métodos que têm a favor todas as aparências do “senso comum”. Nesses termos, Pierre Bourdieu (2002, p. 69) ressalta que há inseparabilidade entre a teoria e a metodologia, assim como, entre as opções técnicas mais empíricas das opções mais teóricas de construção do objeto, contrariando a rigidez científica e de suas tradições intelectuais. A noção de campo funcionaria, nesse caso, como um sinal que lembra que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações. O termo “campo de poder”, empregado pelo autor, busca entender que são as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos

seus ocupantes um “quantum” suficiente de força social de modo que estes tenham a possibilidade de entrar na luta pelo monopólio do poder.

A metodologia empregada nesse artigo consiste em uma análise epistemológica interdisciplinar dos campos científicos que inferem ao patrimônio cultural uma ação simbólica e imaginária da memória coletiva da Inconfidência Mineira. Os estudos epistemológicos discutem a essência teórica e a produção conceitual de dada área do conhecimento. Dencker (2004, p. 100) considera que, apesar da compreensão de que a pesquisa empírico-analítica é importante para o entendimento de aspectos básicos do funcionamento e a dinâmica dessas atividades, essa mesma não é o suficiente para o desenvolvimento científico. “A pesquisa científica requer a existência de uma teoria que oriente e confira sentido aos dados [...]”.

Como vertente teórico-metodológica utilizada nessa análise, situa-se a História Cultural ao atrelar a objetividade das práticas à subjetividade das representações como forma de entendimento da realidade social, compreendidas nesse estudo, para as delimitações teóricas da “memória-imaginário” da Inconfidência Mineira em interface com o poder simbólico do patrimônio cultural e seu uso turístico e museal. Neste estudo, pretendemos analisar a construção do social em um determinado tempo e local, uma vez que as representações levam às práticas sociais. Desse modo, inserimos primariamente a História Cultural como possível resposta ao entendimento do patrimônio cultural e suas abordagens científicas.

2 História Cultural: entre as práticas e as representações da realidade social

Ao entender o patrimônio cultural enquanto objeto de análise que pressupõe atos simbólicos e suas diversas interpretações, a História Cultural torna-se uma possível resposta aos novos desafios e reconceitualização de problemas inerentes a esse debate. A discussão acerca do tema deve girar em torno da crítica das fontes que colocam determinado ato e objeto como devoção ou salvaguarda, questionando por que dado texto ou imagem vieram a existir, e se, por exemplo, seu propósito era convencer o público a realizar alguma ação. Desse modo, para Peter Burke (2005, p. 10), “O terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito com a preocupação com o simbólico e suas interpretações.”

Ao tratar da História Cultural, Roger Chartier (1990) afirma que esta tem por principal objetivo identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos e diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a

apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Essa proposta teórico-metodológica estaria entre as objetividades das estruturas (documentos seriados sobre as sociedades como uma história real) e a subjetividade das representações (discursos distantes do real, ilusões).

Pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse. (CHARTIER, 1990, p. 19).

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, é necessário o relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. Chartier (1990, p. 63) salienta que “[...] o real assume assim um novo sentido: aquilo que é real, efetivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele cria, na historicidade da sua produção e na intencionalidade da sua escrita.”

Segundo Peter Burke (2005), a História Cultural é mais uma forma necessária para o empreendimento histórico-coletivo, como os outros tipos de história, já que fornece uma contribuição indispensável para o entendimento como um todo de uma “história total”; pois nenhum tipo de história deve retornar a uma compreensão literal dos fatos. Desta forma, podemos dizer que a História Cultural estimulou a discussão de métodos para o saber histórico, bem como a história política, a história econômica e a história social se tornaram mais acessíveis a um número menos restrito de pesquisadores, entre os quais podemos situar como exemplo esta própria pesquisa.

Iglésias (1983, p. 141) aponta, também, a necessidade de intercâmbio entre a História e outras ciências sociais para que estas lhe agucem os instrumentos interpretativos para um resultado cada vez mais concreto. No entanto, o mesmo autor relaciona o perigo da “perda da identidade” da História pelo seu uso indevido e pelo possível abuso de outras ciências, que ao auxiliarem-na, podem chegar a uma negação de sentido e até da sensibilidade histórica. “Ninguém contesta que a ciência social é uma só e se é vista fragmentada é pelos embaraços da abordagem, para fins didáticos.” Para Le Goff (2003, p. 16),

[...] a História tornou-se, portanto, um elemento essencial da necessidade individual e coletiva, e logo agora, a ciência histórica sofre uma crise (de crescimento): no diálogo com outras ciências sociais, na expansão

considerável de seus problemas, métodos, objetos, ela pergunta se não começa a se perder.

Em nosso entendimento, a História contribui para a construção interdisciplinar de outros ramos do conhecimento, tal como o Turismo e a Museologia, por estar relacionada à utilização do patrimônio cultural que não deve estar dissociada das demais ciências e suas atividades profissionais. Remetemos ao fato de que as concepções ideológicas e suas lutas, no campo científico, parecem interferir nos processos de construção teórica e prática.

Peter Burke (2005, p. 46) diz que há uma preocupação com a História da cultura popular neste momento. “Estamos a caminho da história cultural de tudo: sonhos, comida, emoções, viagens, memória, gesto, humor, exames e assim por diante.” Os que estão dentro se veem reagindo às deficiências de abordagens anteriores nas quais as pessoas comuns eram deixadas de lado, além de argumentarem que na História política e econômica, a cultura é deixada de fora. Os de fora veem que o sucesso internacional pró-estudos culturais sugere que atendeu a uma demanda e correspondeu a uma crítica à ênfase sobre a alta cultura tradicional dada pelas escolas e universidades. Nesse caminho, o termo foi considerado um “conceito vago”, geralmente utilizado para definir a alta cultura, como também foi estendido para baixo para definir a cultura popular. Com o passar dos tempos, o termo se tornou mais amplo referindo-se, a artefatos e práticas. O fato é que muitos historiadores da Nova História Cultural se apropriaram de abordagens antropológicas para a definição de cultura.

O essencial já não está, pois, em distinguir entre esses graus de realidade – o que durante muito tempo fundou a oposição entre uma história socioeconômica que atingia o real por meio dos materiais-documentos e uma história dedicada às produções do imaginário – mas em compreender como a articulação dos regimes de prática e das séries de discursos produz o que é lícito designar como realidade, objeto da História. Neste contexto, é preciso compreender as relações que perpassam as leituras e interpretações sobre o estudo do passado e seus referenciais.

Jenkins (2005, p. 108) coloca como distintos os termos passado, tido como o que ocorreu antes e, historiografia, que é o escrito dos historiadores. Portanto, preferimos marcar essa diferença entre o “passado” para tudo que se passou antes em todos os lugares e a “historiografia” para a História, remetendo-se aos escritos dos historiadores. A história não é exatamente o que fazem os historiadores. O passado e a História existem livres um do outro; estão muito distantes entre si no tempo e no espaço. Isto porque o mesmo objeto de investigação pode ser interpretado por diferentes práticas discursivas. O passado que “conhecemos” é sempre condicionado por nossas próprias visões, por nosso próprio presente. Assim como somos produtos do passado, assim também o passado

conhecido (História) é um artefato nosso. “No mundo pós-moderno, pode-se argumentar que o conteúdo e o contexto da história deveriam ser constituídos por uma ampla série de estudos metodologicamente reflexivos sobre as maneiras de se fazerem as histórias da própria modernidade.”

Ao identificar, portanto, outros objetos e temas, os historiadores tiveram que repensar os conceitos e os próprios domínios da História, provocando uma profunda reflexão sobre a disciplina. E é nesse bojo que se coloca a necessidade de se recorrer metodologicamente às áreas afins, tais como, a Demografia, a Economia, a Antropologia, a Sociologia e a Literatura, entre várias outras. Mas, afinal, como fica a História e seus novos paradigmas nos inícios do século XXI? Que desafios enfrenta o historiador neste momento? E é diante de mais esta questão que se coloca o historiador na atualidade, dada a importância dos resultados conseguidos nas análises das últimas décadas e a necessidade de encontrar modelos interpretativos que permitam a sua veiculação para um público mais amplo (SAMARA; TUPY, 2007).

Assim sendo, a relação com o passado enquanto patrimônio cultural é traçada, neste trabalho, por meio do sistema de representações e os seus símbolos. Baczkó (1985, p. 299) relaciona a legitimação do sistema de representações ao manejo e à proteção dos seus símbolos pela sociedade: “Ora, ao produzir um sistema de representações que simultaneamente traduz e legitima a sua ordem, qualquer sociedade instala também ‘guardiões’ do sistema que dispõe de uma certa técnica de manejo das representações e dos símbolos.” Para Benjamin (1994), algumas dessas representações, tais como, edifícios, quadros e narrativas, a humanidade se prepara, se necessário, para sobreviver à própria cultura.

A aceleração da história levou as massas dos países industrializados a ligarem-se nostalgicamente, às suas raízes: daí a moda retrô, o gosto pela história e pela arqueologia, o interesse pelo folclore, o entusiasmo pela fotografia, criadora de memórias e recordações, o prestígio da noção de patrimônio. Em outro âmbito, esta aceleração tornou insustentável a definição de História contemporânea. É necessário fazer uma definição que acabe com uma História do presente que pressupõe que não haja apenas História do passado, que acabe uma história que assenta num corte nítido do presente e do passado. A memória coletiva sofreu, assim, grandes transformações com a constituição das ciências sociais e passou a desempenhar um papel importante na interdisciplinaridade que tende a instalar-se entre elas. (LE GOFF, 2003).

Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica. [...] A

memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 2003, p. 471).

O patrimônio se torna, assim, elemento essencial para se compreender a História que foi ali representada e legitimada pelo imaginário social como elemento histórico de si mesmo. A partir disso, o patrimônio cultura se relaciona intrinsecamente com o processo de memória embutida na lógica do imaginário e do simbólico das práticas e das representações sociais.

3 As representações da memória entre o imaginário e o simbólico

Deve-se compreender que as imagens e as manifestações sociais são destinadas a manipular a própria imaginação social pelos mais diversos interesses. Entendendo o imaginário como um sistema de ideias e imagens de representação coletiva, este passa a ser também um dos atributos que se fazem necessários para o entendimento do patrimônio cultural. Pierre Bourdieu (2002) expõe que só se pode compreender essa forma particular de lutas das classificações com a condição de se passar para além da posição que a ciência deve primeiro operar entre a representação e a realidade com a condição de incluir, no real, a representação do real, ou mais exatamente, a luta das representações.

A razão e a ciência ligam os homens às coisas, mas o que liga os homens entre si é a representação afetiva que o império das imagens constitui. A consciência dispõe de duas maneiras para representar o mundo: uma direta, na qual a própria coisa parece estar presente no espírito como na percepção, ou na simples sensação; a outra, indireta, quando, por esta ou aquela razão, a coisa não pode apresentar-se em carne e osso à sensibilidade. Em casos de consciência indireta, o objeto ausente é representado na consciência por uma imagem, no sentido muito lato do termo. O imaginário é um conjunto de imagens e de relações de imagens que constituem o capital pensante do *homo sapiens*, sendo assim um campo privilegiado da História (DURAND, 1964).

No sistema de representação produzido por cada época e no qual esta encontra sua unidade, o “verdadeiro” e o “ilusório” não estão isolados um do outro, mas pelo contrário unidos num todo, por meio de um complexo jogo dialético. É nas ilusões que uma época alimenta a respeito de si própria que ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua “verdade”, bem como o lugar que lhe cabe na “lógica da história”. (BACZKO, 1985, p. 303).

Neste pressuposto epistemológico, também podemos utilizar Le Goff (2003), o qual insere duas histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido dessa relação nunca acabada entre o presente e o passado. É desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores, compreenda as representações da memória. A História pode auxiliar a escrever a memória e ajudá-la a retificar os seus erros. A busca pela memória explica-se pela necessidade que as sociedades têm de alimentar a sua procura por identidade, de se alimentar num imaginário real e na introdução da história da sociedade de consumo.

Nesse instante, é importante delimitar a relação existente entre o documento e o monumento, objetos bastante ambíguos nos museus. Conforme Le Goff (2003), a memória coletiva e sua forma científica, a História, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operaram no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Esses materiais da memória podem apresentar por intermédio dos monumentos, heranças do passado, e dos documentos, escolhidos pelo historiador. Ainda para Le Goff (2003), a transformação do documento em monumento é atribuída à sua utilização pelo poder, posto que qualquer monumento é, ao mesmo tempo, verdadeiro e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem ou montagem. O novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, deve ser tratado como um documento / monumento.

Na perspectiva da interdisciplinaridade, enquanto ferramenta essencial de pesquisa, o documento que fundamenta a crítica histórica aparece, assim, assumindo a forma de uma diversidade de registros – escritos e não escritos – que exigem novas perspectivas de análise. Nesse contexto de permanente mudança, novas tecnologias, diversos métodos de pesquisa, temas e abordagens originais são alguns fundamentos que reafirmam o dinamismo da própria História. “Marcada pela interdisciplinaridade, a ‘Nova História’ inventa, reinventa ou recicla as fontes documentais.” A História torna-se, também, a ciência do hoje e da compreensão do presente, enfatizam Samara;Tupy (2007, p. 127).

Pesavento (1995) diz que novas disciplinas se apresentam e dão reforço à tendência de apresentar o trabalho histórico como a elaboração de relações conjunturais, em que se admite a incerteza. Os caminhos contraditórios da razão levaram ao retorno de dimensões não propriamente racionais. Neste cenário contemporâneo, aposta-se na interdisciplinaridade reforçando as ligações da História com outros campos do conhecimento a fim de fazer frente à fragmentação científica e suas disputas intelectuais.

O debate sobre memória, bastante em voga no cenário científico, é uma premissa para discutirmos as representações do passado pelo patrimônio cultural. Para tanto, referenciamos alguns autores que se fazem presentes para contribuir no debate propositivo desse artigo. A aceleração da história, para Pierre Nora (1993), seria uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura do equilíbrio e se fala tanto de memória é porque ela não existe mais. O que o fenômeno da aceleração acaba de nos revelar bruscamente é a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representam o modelo e guardam consigo o segredo – e a História que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado levadas pela mudança.

Para tanto, temos em Hobsbawm (1984) e o termo tradição inventada, utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as tradições realmente inventadas, as construídas e as formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez. Hobsbawm (1984) afirma que as tradições inventadas são reações a situações novas que assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado por meio da repetição quase que obrigatória. O objetivo das tradições, inclusive das inventadas, é a invariabilidade, diferenciando-se do costume, nas sociedades tradicionais, que pode mudar até certo ponto e suas regras são reconhecidas pelos padrões de integração social em razão da origem pragmática.

Nesse caminho, vivemos aquilo que Andreas Huyssen denomina como a sedução pela memória, um tempo em que nossas sociedades vivem verdadeira inflação da memória, acompanhada por uma monumentalização das formas de relação com passado. Ao olharmos para objetos do passado colocados em exposição nos museus, verificamos que estes perdem o sentido para o qual foram criados e adquirem um novo, conferido pela qualidade de histórico, estabelecendo, por esse procedimento, uma relação entre o visível do tempo presente e o invisível do passado. O homem interessado pelas coisas do passado é considerado alheio às questões centrais de seu tempo, devotando ao passado um culto religioso, sacralizando os seus objetos pelo próprio fato de trazerem inscritas em si as marcas de um tempo passado e distante (GUIMARÃES, 2007).

Introduzimos o referencial teórico com o qual damos suporte a este artigo: a História Cultural e suas implicações. A partir deste ponto, colocamos a Inconfidência Mineira e a cidade de Ouro Preto como aspectos norteadores de tais conceitos. Dessa forma, acreditamos ser importante contextualizar historicamente esse acontecimento, muito embora

não seja uma premissa deste trabalho refletir sobre a historiografia da Conjuração Mineira. No entanto, a concepção histórica atribuída aos personagens da Inconfidência e seu uso simbólico pelo turismo cultural nos fornece elementos para discutir os paradigmas teóricos aqui expostos.

4 A articulação simbólica da Inconfidência Mineira na composição da memória - imaginário

Consideramos até o momento a hipótese da sedução da memória não ser somente um processo voluntário, mas sim dotado de forte conteúdo político. Os critérios para caracterizar os objetos de valor e memoráveis relacionados à história do Brasil foram reconhecidos pela elite intelectual de cada época e, muitas vezes, tais escolhas se relacionavam com os interesses da mesma. Os tombamentos, formas de legitimação do patrimônio cultural, não tinham a preocupação primordial em se vincular com os avanços da historiografia nacional. Para melhor compreensão do objeto desta pesquisa, acreditamos ser necessário introduzir brevemente o processo pelo qual o patrimônio cultural foi concebido no país.

O projeto de lei para a criação de um órgão encarregado da preservação do patrimônio cultural, elaborado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, resultou na expedição do Decreto-Lei nº 25/37, de 30 de novembro de 1937, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e regulamentou o tombamento como forma de proteção do patrimônio histórico nacional. Assim, com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 25/37, iniciava-se a preservação do patrimônio cultural brasileiro com a participação efetiva do estado, por meio do serviço do patrimônio Artístico Nacional, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Concomitantemente ao início do funcionamento do SPHAN, entrava em vigor a Constituição Federal de 1937, a Constituição do Estado Novo, que ampliava a competência para a proteção do patrimônio histórico, incluindo o município como sujeito ativo da proteção. “Art., 1º – Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” Valendo-se dessa definição, desenvolveu-se o trabalho do SPHAN, que, em sua fase inicial, dedicou-se aos bens imóveis que compunham o acervo barroco, especialmente o mineiro, representado pelas construções religiosas.

Antes disso, Mário de Andrade propôs a preservação de bens culturais imateriais (arte popular como folclore, dança, contos, lendas, etc.), aspecto rejeitado pelo Decreto-Lei

nº 25/37 e que somente no final do século XX veio a ser regulamentado pelo Decreto nº 3551 de 4 de agosto de 2000, que criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Outro ponto que marca a visão de Mário de Andrade sobre a preservação do patrimônio cultural é a importância que este intelectual atribui aos museus, como se vê em seu anteprojeto, na seção V, ao propor a criação de um departamento de museus no Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, que teria, entre outras atribuições, a função de organizar exposições regionais e federais para veiculação de bens tombados, e ainda, articular-se com museus regionais, facilitando-lhes a organização, fornecendo-lhes documentação fotográfica, discos, filmes, e também, distribuindo-lhes subvenções federais (RODRIGUES, 2006).

Podemos situar as viagens como fonte para Mário de Andrade, já que resultaram na elaboração de diversos textos, entre os quais também destaca-se o artigo sobre Aleijadinho, fruto de sua viagem a Minas, publicado pela *Revista do Brasil*, entre 1919 e 1920. Em seu anteprojeto para o SPHAN, Mário de Andrade sugere a criação de quatro museus nacionais de caráter pedagógico, ligados ao ciclo econômico brasileiro, enfatizando a importância do aspecto educativo dos museus: sem educação e participação popular não havia possibilidade de um trabalho de preservação do elemento nacional via a inserção do Brasil no concerto das nações (MALHANO, 2002).

Vê-se, pois, que o patrimônio não é um ato de salvaguarda de objetos de testemunhos: estes últimos perderam seu passado, não significam mais do que o presente que representa o passado. Monnet (1996) ressalta que a proteção é um ato eminentemente moderno, pois se trata de fabricar a história do dia a dia, de compor permanentemente a memória, de produzir intensamente a lembrança. A proteção do patrimônio é uma empresa de fabricação de um passado ideal, que imobiliza as populações diante das escolhas de autoridades, ou da ausência urbana de decisões, para solucionar os problemas da vida urbana

Assim sendo, o conceito de cultura estava ligado essencialmente aos bens móveis e imóveis. Apesar disso, o patrimônio cultural se representava pelo tombamento e inscrições de obras consideradas belas e de valor, bem como históricas, por um determinado grupo, baseado em critério empírico, sem a preocupação com o patrimônio cultural do povo em seu sentido mais amplo. De acordo com Malhano (2002), Joaquim Arrufa Falcão, presidente da SPHAN na década de 1970, divide a História da instituição que presidiu em dois momentos principais: o primeiro, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, quando se formula a primeira política de preservação; e o segundo, no final da década de 1970, com Aluísio Magalhães como diretor.

Ao situar a Conjuração Mineira, que *a priori* deu origem ao Museu da Inconfidência em Ouro Preto, recorreremos à visão de Venâncio e Del Priori (2001), os quais entendem o

movimento como reuniões em pequenos encontros secretos em que os conjurados mais discutiam a teoria do que a prática. Falava-se, sem dúvida, em independência, mas havia controversas sobre a forma de governo a adotar; Álvares Maciel parecia republicano, enquanto o cônego Vieira era monarquista. O programa mais revelava impulsos imediatos para afastar a coroa portuguesa da exploração dos diamantes e das jazidas de ferro e salitre, inclusive a derrama. Erguer-se-iam uma fábrica de pólvora e uma universidade em Vila Rica, assim como se procederia à transferência da capital para São João Del Rei. Todos os devedores do Tesouro Nacional seriam perdoados. O alferes Joaquim José da Silva Xavier, por sua habilidade de dentista cunhado como Tiradentes, dizia que o Brasil era muito pobre, apesar de possuir tantas riquezas. A Inconfidência Mineira teve três delatores: o português Joaquim Silvério dos Reis, que com sua denúncia obteve o perdão de importantes dívidas com a Fazenda Real; o também português Basílio de Brito Malheiro do Lago e Inácio Correia Pamplona, nascido nos Açores. Quando foi denunciada, a Conjura engatinhava, estando longe de ser uma revolução. Alguns conjurados apressaram-se para escrever ao governador, revelando o que sabiam, com o objetivo de isentarem suas culpas.

Em 18 de abril de 1792 foram condenados à morte pela força Tiradentes, o tenente coronel Freire de Andrade, José Álvares Maciel, Alvarenga Peixoto, Abreu Vieira, Francisco de Antônio Oliveira Lopes, Luís Vaz de Toledo Piza, os dois Resende Costa, Amaral Gurgel e Vidal Barbosa – 11 ao todo. Ao degredo perpétuo na África foram sentenciados sete réus, inclusive Tomás Antônio Gonzaga e o coronel Aires Gomes. Três eclesiásticos, na primeira sentença, foram condenados à morte: os padres Carlos Corrêa de Toledo de Melo, José da Silva e Oliveira Rolim e José Lopes de Oliveira e outros dois ao degredo perpétuo, o cônego Vieira da Silva e o padre Manuel Rodrigues da Costa. Desde 1799, a rainha D. Maria havia decidido comutar a pena de morte dos chefes da conjura em degredo perpétuo, com exceção dos que apresentavam agravantes. Nesse caso, estava Tiradentes, que se preparara para sua morte na Igreja Lampadosa para o enforcamento, realizado no Rio de Janeiro, e suas partes esquartejadas e exibidas nos locais onde havia feito pregação revolucionária. Depois da comutação de várias penas de morte em degredo perpétuo ou temporário, foi executado, em 1792, somente Tiradentes, que ao longo das acareações negara, a princípio, sua participação e depois passou a se inculpar assumindo a responsabilidade que, para alguns historiadores, ele não poderia ter frente a vultos tão superiores em posição social e de saber (VENANCIO; PRIORE, 2001).

Para o entendimento do movimento simbólico que norteou a denominação dos personagens da Inconfidência Mineira e sua incorporação no imaginário social, torna-se importante analisar a concepção de José Murilo de Carvalho (1990) em “Formação das Almas”. O título da obra ilustra o poder do imaginário no período da Revolução Francesa,

sendo que para a Revolução, educação pública significava acima de tudo: formar almas. Nesse mesmo sentido, a construção dos mitos e ideais da Inconfidência se associara a uma busca posterior de uma identidade coletiva para o país e de uma base para a construção da nação, que teria sido tarefa da geração intelectual da Primeira República (1889 – 1930).

Os candidatos a herói da República eram Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant e Floriano Peixoto. O primeiro era considerado demasiadamente militar para ter uma penetração mais ampla. Constant, candidato ainda mais limitado, não possuía figura de herói por não ser militar e nem líder popular. Floriano Peixoto era o candidato mais sério, porém, apenas se fortalecia entre os jacobinos e não do ideal republicano que foi construído. Diante das dificuldades em promover os protagonistas do dia 15 de novembro, quem aos poucos se relevou capaz de atender às exigências da mitificação foi Tiradentes. Carvalho (1990) situa que a alusão a Cristo na figura de Tiradentes esteve presente em suas menções. Isso não surpreende, já que o inconfidente se representou como Cristo, beijando os pés do carrasco e a marcha à forca com o crucifixo que os frades haviam lhe colocado entre as mãos atadas. Após a proclamação da República, intensificou-se o culto cívico a Tiradentes. O 21 de abril foi declarado feriado nacional já em 1890, juntamente com o 15 de novembro. No quadro de Pedro Américo, a alusão a Cristo é inescapável. Seu *Tiradentes esquarterado*, de 1893, mostra os pedaços do corpo sobre o cadafalso, como se estivesse sobre um altar. A cabeça, com longas barbas ruivas, está colocada em posição mais alta, tendo ao lado o crucifixo, numa clara sugestão da semelhança entre ele e Cristo.

A falta de uma identidade republicana e a persistente emergência de visões conflitantes ajudam a compreender o êxito da figura de herói personificada em Tiradentes. O herói republicano por excelência é ambíguo, multifacetado, esquarterado. Disputam-no várias correntes; ele serve à direita, ao centro e à esquerda. Ele é o Cristo e o herói cívico; é o mártir e o libertador; é o civil e o militar; é o símbolo da pátria e o subversivo. A iconografia reflete as hesitações. Com barba ou sem barba, com túnica ou de uniforme, como condenado ou como alferes, contrito ou rebelde: é a batalha por sua imagem, pela imagem da República. (CARVALHO, 1990, p. 140).

Carvalho (1990) ainda se questiona quais seriam as razões da adoção de Tiradentes e que conteúdo teria sua figura de herói. O autor se remete ao fato de que a formação do mito pode dar-se contra a evidência documental; o imaginário pode interpretar evidências segundo os mecanismos simbólicos que lhe são próprios e que não se enquadram necessariamente na retórica da narrativa histórica. Os documentos da época retratam apenas o grande abalo causado entre a população da capitania e da cidade do Rio pelo processo dos réus, e, particularmente, pela execução de Tiradentes. A ausência do seu perdão, a devassa, a exibição da sua cabeça na Praça principal de Vila Rica causaram

profunda e duradoura impressão nas pessoas. A literatura brasileira também tinha registrado o tema em as Liras de Gonzaga, ainda na década de 1840.

A retomar a importância do imaginário na formação de um patrimônio cultural, podemos, assim, citar a função do mito, que poderia exibir um contexto histórico e social propício a sua aparição, constituindo uma realidade cultural mais complexa. Maria Ribeiro (2003, p. 66) ressalta que “[...] um mesmo mito pode oferecer múltiplas ressonâncias e significações.”

Após a construção da imagem de Tiradentes, as suas representações simbólicas por meio do patrimônio cultural não se iniciaram apenas com o Museu da Inconfidência. Carvalho (1990) conta a luta simbólica entre a figura de Pedro I e a imagem de Tiradentes foi situada nos monumentos em suas memórias. Em 1862, houve a inauguração da estátua de D. Pedro I, na Praça da Constituição, no Rio de Janeiro, justamente no local onde Tiradentes que havia sido enforcado. Em 1893, o Clube Tiradentes tentou encobrir a estátua de Pedro I para as comemorações do dia 21 de abril. Houve protestos, e as comemorações acabaram sendo canceladas. Em 1902, pensou-se em erguer um monumento no local em que se julgava ser o do enforcamento, próximo onde existe a Escola de Tiradentes na Avenida Visconde do Rio Branco. O monumento acabou sendo construído em frente ao novo prédio da Câmara e inaugurado em 1926 com o nome de Palácio Tiradentes. Nesse local existira a Cadeia Velha, onde o inconfidente ouvira a sentença de morte e de onde partira para a execução.

Apesar do enquadramento histórico da Inconfidência Mineira ser importante para o entendimento desta pesquisa, o que nos remete aqui são as apropriações realizadas em períodos posteriores por meio do patrimônio cultural, em especial, durante o Governo de Getúlio Vargas, quando se inaugurou o Museu da Inconfidência em 1944. Vale ressaltar que a implementação institucional de um serviço que visava proteger, preservar e definir o patrimônio nacional ocorreu nesse mesmo governo. Durante o Governo Vargas deu-se ênfase à produção cultural, buscando-se o engajamento dos intelectuais no processo de construção do Brasil moderno por intermédio do Estado, bem como a construção de uma legitimidade política nacionalista respaldada pelas tradições de alguns aspectos da cultura popular brasileira, sobretudo das representações culturais tidas como herança do período colonial e vinculadas à civilidade europeia.

Durante o Estado Novo foram apresentadas peças de teatros, com o apoio oficial, exaltando a figura do herói – Tiradentes. Foi também dessa época (1940) a primeira tentativa de modificar a sua representação tradicional. José Walsht Rodrigues, especialista em uniformes militares, colaborador do integralista Gustavo Barroso, pintou Tiradentes como alferes da 6ª. Companhia do Regimento dos Dragões, no qual o herói cívico é um militar de

carreira e um dos braços pende para fora do cadafalso, mensagem explícita à *Pieta* de Michelangelo. A construção desse mito durante a Primeira República encontrou forças na apropriação realizada por Getúlio Vargas e seus correligionários ao conceber o Museu da Inconfidência e o seu Panteão, inaugurado anteriormente, em 21 de abril de 1942, o qual faz referência aos inconfidentes mortos e repatriados. Dessa maneira, a relação com a morte sugere a sua superação pelo caminho da eternização.

Ao tratarmos da utilização da memória dos mortos, lembramos as palavras de Le Goff (2003, p. 442), que analisa a oscilação temporal desse culto, posto que, do final do século XVIII até o fim do século XIX, a comemoração aos mortos entra em declínio. Os túmulos, incluindo os dos reis, tornam-se muito simples. As sepulturas são abandonadas à natureza e os cemitérios tornam-se mal cuidados. No entanto, imediatamente após a Revolução Francesa, assiste-se a um retorno da memória dos mortos na França, como também nos outros países da Europa. A grande época dos cemitérios começa com novos tipos de monumentos, inscrições funerárias e rito da visita aos cemitérios. O Romantismo acentua a atração do cemitério ligado à memória: “[...] a associação entre a morte e a memória adquire, com efeito, rapidamente, uma enorme difusão no cristianismo, que a desenvolveu na base do culto pagão dos antepassados e dos mortos.”

A respeito do mito de Tiradentes e de seus monumentos podemos mencionar Mircea Eliade (1997), quando analisa que o mito é considerado como uma história sagrada, logo verdadeira, porque ele se refere à realidade. O mito integra-se na vida dos homens por meio da expressão e codificação de crenças, salvaguardando e impondo princípios morais, garantindo a eficiência das cerimônias rituais e oferecendo regras práticas para o uso humano. A característica máxima do mito é essa penetração do sagrado, do mágico, do sobrenatural nas sociedades humanas. Maria Ribeiro (2003) constata que não deve causar surpresa o fato de Tiradentes ter unido a República à independência e, mais recentemente, servido aos governos militares e aos guerrilheiros da década de 1970. Sendo assim, buscamos entender aqui a contemplação da figura do mito no Museu da Inconfidência e as apropriações que se originam disso ao se vincular a outros parâmetros sociais desses tempos.

Entre os demais conceitos relacionados a esse debate teórico relevante a lógica do patrimônio cultural, destaca-se o sentido de tradição inventada, idealizado por Eric Hobsbawm (1984), como parte da formação dos estados modernos, a qual remete a um quadro em que o passado é construído pela repetição, na tentativa de estabelecer uma linha de continuidade com um passado histórico apropriado. O elemento de invenção é particularmente nítido, já que a história não corresponde ao que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem era encarregado de fazê-lo. Esse

parece ser o caso de muitas das tradições oficiais que envolveram a Inconfidência Mineira e que marcaram a necessidade de expressar a identidade e a coesão social de cada época.

Hobsbawm (1984) enfatiza a importância do estudo das tradições inventadas já que, por meio delas, é possível esclarecer as relações humanas com o passado e, por conseguinte, o próprio assunto e o ofício do historiador. Isso porque toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a História como legitimadora das ações e como amálgama da coesão grupal. Todos os historiadores estão envolvidos nesse processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político. Esse autor define três categorias superpostas de tradições inventadas desde a Revolução Industrial, prevalecendo a do primeiro tipo.

- a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social;
- b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, “status” ou relações de autoridade;
- c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento.

Segundo Pomian (1984), as sociedades humanas têm o hábito de eleger, selecionar, reunir e guardar objetos desde a pré-história. A maioria dos museus brasileiros foi criada no século XX, e sempre como iniciativas oficiais, sobretudo a partir dos anos 1930 e 1940. A tônica desses museus esteve ligada, em grande parte, à questão do nacionalismo e da exaltação dos feitos de grandes heróis ou da exuberante fauna e flora brasileiras. Como dissemos, embora o Decreto-lei nº 25/37 abarque a proteção dos bens eruditos e populares, na prática foram privilegiados os tombamentos dos bens imóveis e seu estilo arquitetônico, formado por um nacionalismo brasileiro que buscou legitimar uma dada memória em artifício com a atividade turística e museal.

5 Considerações finais: as tradições imaginárias no turismo e nos museus

Apresentadas as devidas contextualizações históricas, para melhor entendimento das análises posteriores da Inconfidência Mineira, neste instante, é preciso retomar a problemática em si deste trabalho: que possibilidade pode haver de participação do museu histórico na produção do conhecimento histórico? Essa questão levantada por Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1994) nos direciona a refletir que a função documental do museu garante não só a democratização da experiência e do conhecimento humanos, mas também da fruição diferencial de bens. Apesar disso, no século XXI, os museus se tornaram

espaços anacrônicos e nostálgicos, receosos de se contaminarem com o vírus da sociedade de massas, mas podem, também, construir extraordinárias vias de conhecimento e exame dessa mesma sociedade. Relíquia e objetos históricos: seus compromissos são essencialmente com o presente, pois é no presente que eles são produzidos ou reproduzidos como categoria de objeto e são às necessidades do presente que eles respondem.

Neste debate situamos a Museologia como conjunto de princípios, aflorado no decorrer dos anos de 1980, quando passa a ser sistematizada a partir da reunião de pessoas interessadas em discuti-la, situação essa facilitada ou mesmo possibilitada pela implantação do Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM). No entanto, isso não significa que a palavra museologia não fosse empregada antes desse período, o que muda são os significados com que vem a ser revestida. Esse comitê já concebia pesquisa em museus, o que correspondia a uma Museologia como disciplina científica provedora do desenvolvimento dos museus e de seus profissionais, de forma a incentivar a análise crítica das principais tendências apresentadas naquele momento. Peter Van Mensch explica que a existência do termo museologia não está bem documentada, mas o situa na segunda metade do século XIX, na obra de P. L. Martin *Praxis der Naturgeschichte*, (1869), empregado no sentido de “exposição e preservação de *naturália*” (CERÁVOLO, 2004).

Walter Benjamin (1994, p. 115) nos faz perceber o drama com o qual nos deparamos nestes tempos em seu texto “Experiência e Pobreza”:

Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? A horrível mixórdia de estilos e concepções do mundo do século passado [séc. XIX] mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem nos conduzir, quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorrateiramente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie.

Se os historiadores profissionais, na grande maioria, dificilmente conseguem se comunicar com o público letrado do seu país, como pode ser observado pelas baixas tiragens das obras especializadas e também pela crescente separação entre o que é conhecimento histórico especializado e do cidadão, como o fariam no caso da transformação dos museus históricos em laboratórios de pesquisa? “Quem cuidará do visitante comum, que procura entender algo em sua caminhada pelo museu? Terão os museus históricos o mesmo destino de quase ininteligibilidade e desconhecimento que acompanham a História como processo de conhecimento?” (GLEZER, 1995, p. 101).

Se lidar com o público dos museus é tarefa científica, já podemos indicar três tipos de motivações para a visita a um museu: 1) razões sociais e recreativas, ou seja, para se divertir, estar junto em local agradável; 2) razões educacionais; 3) razões simbólicas na busca de objetos únicos e monumentos sacralizados. Esses motivos se cruzam quando se analisa o público, mas, se percebe que o museu como forma de lazer e turismo faz parte de nossa sociedade. Porém, para muitos autores, o turismo globalizado também tem alterado radicalmente os padrões de convivência com o patrimônio passado, seja um museu, seja outro bem cultural, inserindo-os em um processo de *disneyficação* do passado.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo cultural seria caracterizado pela procura por estudos, cultura, artes cênicas, festivais, monumentos, sítios históricos ou arqueológicos, manifestações folclóricas ou peregrinações. Essa definição, para alguns autores, é tão ampla que ocasiona, paradoxalmente, o estreitamento da visão de turismo cultural, quando, no momento, o reconhecimento da diversidade torna-se um paradigma e pode-se dizer que, assim como não há um turista genérico, não há um turismo cultural genérico. Nesse sentido, há até mesmo apelos para que seja realizada uma subdivisão dos conceitos de turismo cultural, turismo de arte e turismo histórico, que têm sido usados, às vezes, como sinônimos (BARRETTO, 2000).

Para tanto, é preciso dizer que a História da Cultura ainda não está institucionalizada, pois não pode definir o que é cultura diante das variedades da História Cultural. Sua definição é muito questionada, e com o passar do tempo a História Cultural vem se fragmentando cada vez mais. A ideia seria transplantar os limites disciplinares espaciais e temporais, na tentativa de ver a História Cultural como um todo. “A identificação de estereótipos, fórmulas, lugares-comuns e temas recorrentes em textos, imagens e apresentações e o estudo de sua transformação se tornaram parte importante da prática da história cultural.” (BURKE, 2000, p. 239-240).

A “objectivação participante”, proposta por Bourdieu (2002), nos coloca em uma análise composta entre a interação dos diversos campos e suas forças simbólicas em estruturas objetivas, contidas no jogo recheado de interesses e representações. Compreender a gênese social de um campo é apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair o absurdo do arbitrário e do não motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir.

Devemos conceber que os campos da História, da Museologia e do Turismo se cruzam na utilização do patrimônio cultural, muito embora alguns órgãos e instituições não se utilizem de todos os seus processos em virtude da ausência de possibilidade de

intercâmbio ou mesmo pelas disputas entre estas áreas do conhecimento. A ideia é identificar que esses campos, quando entrelaçados, podem fornecer uma visão interdisciplinar ao patrimônio cultural, haja vista que este deve ser representativo de uma sociedade composta por um universo bastante variado. Para tanto, se faz necessário analisar as diversas representações do patrimônio cultural e suas práticas em uma lógica da “memória-imaginário” vinculada às atividades turística e museal. A história e o turismo cultural, em seus limites interpretativos, monumentalizam eventos e musealizam existências.

Recebido em: 26/04/2017

Aprovado em: 28/01/2018

REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985.

BARRETTO, Margarita. *Turismo e legado cultural*. Campinas: Papirus, 2000.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica. Arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. V. 1.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BURKE, Peter. *Variiedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERÁVOLO, Suley Moraes. Delineamentos para uma teoria da Museologia. *Anais do Museu Paulista*. História e Cultura Material. São Paulo: Universidade de São Paulo, Jan. / Dez., v. 12, 2004. p. 237-268

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa / Rio de Janeiro: Difel / Bertrand, 1990.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. A abordagem científica em hospitalidade. In: DENCKER, Ada de F. M., BUENO, Marielys S. (Orgs.). *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004, p. 93-111.

DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. Lisboa: Presses Universitaires de France, 1964.

ELIADE, Mircea. *Ocultismo, brujeria y modas culturales*. Barcelona: Paidós, 1997.

GLEZER, Raquel. Comentário X. *Anais do Museu Paulista*. História e Cultura Material. São Paulo: Universidade de São Paulo, Jan. / Dez., v. 3, 1995. p. 97-101.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*. História e Cultura Material. São Paulo: Universidade de São Paulo, Jan. / Dez., v. 15, 2007. p. 11-30.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IGLÉSIAS, Francisco. A historiografia brasileira atual e a interdisciplinaridade. *Revista Brasileira de História*, São Paulo v. 3 n. 5: p. 129-141, Mar., 1983.

JENKIS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado: 1920 – 1945*. Rio de Janeiro: Lucerna – FAPERJ, 2002.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*. História e Cultura Material. São Paulo: Universidade de São Paulo, Jan. / Dez., n. 2, 1994. p. 9-84.

MONNET, Jérôme. O álibi do patrimônio. Crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, 1996, p. 220-228.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, dez., p. 7 – 28, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, no. 29, p. 9 – 27, 1995.

POMIAN, Krzysztof. *Coleção Memória – História*. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imp. Nac. Casa da Moeda, 1984.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. A função social do mito. *IX Anuário do Museu da Inconfidência*. Patrimônio Cultural / IBPC – Ministério da Cultura, Ouro Preto, 1993.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. Conceito de patrimônio cultural no Brasil: do Conde de Galvéias à Constituição Federal de 1988. In: MARTINS, Clerton (Org.). *Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006, p. 1-16.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. *História & Documento e metodologia de pesquisa*, Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VENANCIO, Renato Pinto; PRIORE, Mary Del. *O livro de ouro da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.